

INGRESSANDO NA ACADEMIA(*)

Osmundo Pontes

Eterno enamorado da portentosa cultura helênica, — que elevou ao zênite o ideal acadêmico, — sou por natureza uma admirador fervoroso das academias, na visão com que as contemplo, coo oráculos do saber e da inteligência dos povos que realizaram o engenho de substituir a barbárie pela civilização.

Há anos, em rotineira diligência, acompanho as atividades desta Casa, procurando viver e sentir as suas merecidas glórias de instituição que caminha para o dealbar da sua primeira centúria de existência, sempre acrisolada no ideal de divulgar a cultura, aprimorando a expressão da palavra, — símbolo maior da afirmação humana, na sua luta pela cobiça do domínio na datureza.

No percorrer dessa trajetória aprendi a admirar o talento dos que por ela passaram, como hoje o faço em relação aos que nela atualmente mourejamm, legítimos representantes das tradições da nossa opulenta cultura e paladinos incansáveis das vocações literárias da alma cearense, sequiosa por traduzir na imagem do verbo, os encantos e maravilhas do orbe, e, por igual modo, os conflitos e as idéias do homem, nos seus deslumbramentos e nas suas perplexidades diante da cosmovisão do universos e da insondável penetração das suas potentes leis e regências.

O silente amanho desse apostolado fez surgir, na minha imaginação, o pretensioso sonho de vir um dia integrar o quadro orgânico desta Academia, para coroar o projeto das minhas aspirações literárias, e poder sentir, com maior proximidade, o enlevo dos seus notáveis feitos e realizações.

Na esolha que de mim fizests, para compor, convosco, este magno sodalício, fostes extremamente generosos e destes uma forma real ao ambicioso sonho, que acalentava em segredo, ao embalo da esperança, com a fé inquebrantável com que lutam os que aspiram a vitória dos seus ideais.

A etapa derradeira doo ciclo deliberativo da vossa soberana vontade culmina com esta magnífica sessão solene, que organizaste

(*) Discurso pronunciado a 13 de janeiro de 1989.

ao abrigo de uma solidária corte de justiça, no encanto desta tarde-noite, para proporcionar meu primeiro encontro com a minha nova e já querida morada espiritual, onde sou recebido com a pompa das vossas ilustres presenças, para ouvir a saudação do conspícuo membro desta Academina, escritor Eduardo Campos, fulgurante inteligência, que o sopé da Aratanha gerou para a grandeza da nossa cultura, onde pontifica com mestria em quase todos os gêneros literários, sobressaindo-se no romance, na dramaturgia, no conto e como historiador vivamente preocupado com a memória do cotidiano.

Suas palavras enternecedoras, pinçadas de originalidade, deram uma versão muito maior na minha modesta atividade literária, revelando que o julgamento da amizade é emocional e benevolente, ungido de justificações amoráveis, que a lógica pura a razão jamais daria a endosso.

Sou, por tudo isso, gratíssimo a todos vós, por terdes acudido aos rogos inaudíveis dos meus sonhos, não permitindo que eles fossem reduzidos a quimeras, perdendo-se na imensidão das aspirações irrealizadas.

Senhores:

Se grande foi o meu desejo de pertencer a esta Academia, maior ainda foi a minha emoção pelo legado que o tempo me proporcionou, num caprichosos privilégio, ao indicar o meu nome para suceder a Raimundo Girão, na cadeira cujo patrono é José de Alencar, — dois vultos dos mais expressivos da nossa Pátria, nascidos na gleba cearense.

O ritual das Academias, — seguido pelo desta Casa, — impõe ao eleito, na ocasião da sua posse, fazer a retrospectiva das memórias do sucedido e do patrono da cadeira, tanto para que sejam eles os verdadeiros homenageados, como por igual para que seja procedida uma avaliação dos conhecimentos do recipiendário, que fica, assim, exposto à prestação de um complicado vestibular, feito **a posteriori**, no oqual o resultado vem cunhado de aspectos puramente conceituais, sem ocasionar ao reprovado o despojamento do galardão que, antes, lhe foi conferido.

À severidade desse subjetivo julgamento venho submeter-me, anunciando de logo as minhas limitações e informando que meus propósitos se restringem ao cumprimento do dever imposto e ao realce de alguns episódios e aspectos das vidas dos ilustres homenageados, pelo que, suplicando as vossas indulgências, dou início ao teste,

falando sobre o patrono da cadeira, o pai do romance brasileiro: José de Alencar.

José Martiniano de Alencar nasceu no dia 1º de maio de 1829, no sítio Alagadiço Novo, vila e termo de Messejana, antiga Paupina, — local de aldeamento de índios, — filho natural, posteriormente perfilhado, do Padre José Martiniano de Alencar e da sua prima Ana Josefina de Alencar, descendente de ilustre família de idealistas e revolucionários, com feitos notáveis na história política e administrativa do nosso País, sendo sobrinho de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e de Leonel Pereira de Alencar, — lideranças marcantes, que foram imoladas na Confederação do Equador, — e neto paterno da heroína Bárbara de Alencar, “insurreta Republicana da Vila Real do Crato”, que, do fundo dos cárceres por onde passou, sempre teve a coragem e a ousadia de recusar a oferta do perdão, dizendo preferir ter a sorte ingrata dos seus filhos a receber favores do tirano.

Viveu o menino José, chamado na intimidade familiar, de Cazuza, no sítio onde nasceu, até 1838, não havendo registros de frequência a escolas de aprendizagem em que por ventura tenha se matriculado neste período.

Com a idade de novo (9) anos, foi levado pelos pais, para a sede da Corte, tendo feito, por terra, o percurso do Ceará até a Bahia, pelos ínvios sertões nordestinos, numa viagem que lhe deixou profundas impressões, que foram bem aproveitadas na sua vida de escritor.

No Rio de Janeiro estudou como mestre Januário Mateus Ferreira e fazia exercícios dos seus conhecimentos, lendo para sua mãe e suas amigas, as cartas, os jornais, os romances e as novelas, cuja incumbência desempenhava com grande prazer, porque já era aprimorado o seu gosto pelas atividades literárias e ele se aproveitava da leitura para tomar idéia das publicações que chegavam às suas mãos.

Conforme narrativa de alguns dos seus biógrafos, datam daquela época as suas primeiras produções na poesia e no romance, escritas em cadernos, em letra miúda, que foram levados por ele para São Pauli, no seu baú, quando para ali se deslocou aos treze anos de idade, a fim de realizar os estudos preparatórios, indo residir com um parente, acadêmico de Direito, em uma república situada na esquina das ruas de São Bento e da Quitanda.

Esses esboços de romances não foram reconhecidos pelo escritor, como se deduz da sua afirmativa de não ter recordação de qualquer tentativa literária de sua parte até fins de 1844.

Em São Paulo, cursou Alencar os estudos preparatórios, que lhe

valeram ingresso na Faculdade de Direito, no ano de 1846. E, ali, em outubro de 1850, diplomou-se, após ter feito o 3º ano da Faculdade de Direito de Olinda.

Como estudante universitário, fundou uma revista mensal denominada *Ensaios Literários*, que funcionou na própria Faculdade sendo o seu principal redator. Nela publicou trabalhos literários de sua autoria, inclusive um sobre o índio Camarão.

Na fase dos preparatórios e depois, como acadêmico, tomou-se de encanto pela leitura da *Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo e chegou a ler todas as obras de Balzac, Alexandre Dumas, Alfredo de Vigny, Chateaubriand e Victor Hugo, além dos Romances Marítimos de Walter Scott e Cooper, utilizando-se do gabinete de leituras da rua da Alfândega, em São Paulo, onde também cultivava os estudos mais profundos de filosofia e de história, aos quais dedicava o melhor do seu tempo.

O gosto pelas atividades literárias era tão intenso, que o levou a aprofundar-se na leitura das obras dos cronistas da era colonial, na velha biblioteca do convento de São Bento, quando fez o 3º ano do curso jurídico, na vetusta Faculdade de Direito de Olinda.

Não se pode negar, que a fase de estruturação lógica e racional de toda a formação literária e cultural de Alencar ocorreu em São Paulo, tanto ao tempo em que fez os preparatórios, como na trilha de universidade, embora não haja registro de um desempenho brilhante, deve-se reconhecer que foi ali que colheu sólida base de conhecimentos de Filosofia, de História, de Sociologia e, sobretudo, de Direito, dos quais se utilizou, depois, como advogado, juriconsulto e elaborador de estudos e projetos versando sobre abalizados temas de natureza sócio-jurídica.

Foi, porém, no Rio de Janeiro, que Alencar desempenhou, quase com exclusividade, todas as suas atividades, como advogado, juriconsulto, político, ministro do império, da pasta da justiça, poeta, teatrólogo, escritor e crítico literário, pontificando em todas elas com raro brilhantismo, num clima polêmico, que lhe causou incompreensões críticas e injustiças, a ponto de não haver ninguém que, na sua época, mais censuras e decepções tenha suportado por sua atuação na política, na literatura e no jornalismo.

Suas atitudes eram firmes e desconcertantes e por vezes causavam perplexidades, porque contrariavam princípios, tendências e tradições, obrigando-lhe a arrastar com denodo as conseqüências advindas das posições que assumia, o que por certo devia causar-lhe

conflitos íntimos, por ser de temperamento tímido e vacilante, em algumas ocasiões.

Na política, pertenceu ao Partido Conservador, quando seu ilustre pai e outros familiares haviam sido membros ou simpatizantes do Partido Liberal.

Considerado escravagista ou, pelo menos, adepto do retardamento da libertação dos escravos, todavia a ele se deve o ato que proibiu os leilões públicos de escravos, quando foi ministro da justiça, do gabinete chefiado pelo Visconde de Itaboraí, e são de sua autoria os trabalhos que atacaram com grande firmeza a escravatura de que nos dão amostragem as peças de teatro denominadas Mãe e o Demônio Familiar.

Porém, foi na literatura que se manifestou, com maior veemência, o seu espírito inovador, porque, — sendo um clássico, que conhecia com perfeição os princípios e as origens daquela escola literária e os seus maiores expoentes, — resolveu romper com o classicismo, aderindo à Escola Romântica, de inspiração Alemã, — e criando, dentro do romantismo, a corrente indianista, com maior autenticidade e pureza do que Gonçalves Dias e Gonçalves Magalhães (Visconde de Araguaia), tanto que um dos seus críticos, Araripe Júnior, chegou a reconhecer que “o idianismo ou, por outra, o sentimento da legenda indígena, entranhada no coração crioulo pela reação romântica, só teve um representante sério no Brasil, que foi José de Alencar”.

Na justificação da postura que adotou nas suas obras cunhadas pelo indianismo, na crítica que formulou contra o poema a Confederação dos Tamoios, de Gonçalves Magalhães, deu o seguinte pronunciamento: “Aqueles que censuram a minha maneira de escrever saberão que não provem ela da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda a respeito da decadência daquela escola”, acrescentando que “o velho estilo clássico destoa no meio dessas florestas seculares, dessas catadupas formidáveis, desses prodígios da natureza virgem, que não podem sentir as musas gentis do tejo e do mondego”. E, no prefácio de *Diva*, investiu mais uma vez contra os que o censuravam, afirmando, categórico, que jamais eles alcançariam que escrevesse, aqui o Brasil, qualquer coisa que pareça vinda em conserva, como as frutas que ram mandadas de além mar para o Brasil, na sua época.

Onde os críticos mais invectivaram a obra ficcionista de Alencar foi, — segundo afirmaram, O no pronunciar letrado com o qual os índios se expressavam e na maneira desleixada, e sem guarda das

regras de gramática e de estilo, com que escreveu os seus poemas e romances.

Dentre os que rebateram a primeira crítica, a melhor defesa veio de Filgueiras Lima, em aguda observação, com o seguinte teor: “a própria língua que Alencar põe na boca de seus índios, doce, lírica, melodiosa e rica de imagens, não é senão a que Anchieta, poeta e filólogo a um tempo, ouviu e aprendeu diretamente dos lábios dos selvagens”.

O próprio Alencar chegou a rebater a segunda crítica, no **post scriptum** de Iracema, nos seguintes termos: “minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não a pecha de escritor incorreto e descuidado. Entretanto poucos darão mais, senão tanta importância à forma do que eu: pois entendo que o estilo é também uma arte plástica, porventura muito superior a qualquer das outras destinadas à revelação do belo”.

Na apreciação de Manuel Bandeira, Alencar “iniciou no domínio literário e lingüístico a reação nacionalista em favor das formas brasileiras, pelo que teve de sustentar vivas polêmicas com os irmãos Castilhos e com literatos nossos, fiéis às regras gramaticais portuguesas”.

Por ter sido alvo da mais ferrenha crítica, sofrendo, por outro lado, a conspiração do silêncio com que muitas vezes eram recebidas as suas produções culturais, Alencar levou sua vida a se justificar das posições que assumiu, além de manter viva preocupação com o julgamento que a história iria lhe conferir, chegando, certa vez, a indagar do Visconde de Taunay, se achava que chegaria à posteridade.

Essa preocupação, alida à incompreensão sofrida por ato do Imperador, que lhe negou o direito de ser Senador do Império, — apesar de ter sido o que recebeu maior número de sufrágios entre os seis concorrentes, — levaram Alencar ao acabrunhamento, que agravou a doença pulmonar de que padecia, levando-o à situação deplorável, descrita, descrita por Machado de Assis, nos seguintes termos: “lembram-me ainda algumas manhãs, quanto ia achá-lo nas alamedas solitárias do Passeio Público, andando e meditando, e punha-me a andar com ele, a escutar-lhe a palavra doente, sem vibração de esperança, nem já de saudades. Sentia o pior que pode sentir o orgulho de um grande engenho: a indiferença pública, depois da aclamação pública”.

Todavia, impõe-se assinalar, que a sua preocupação com o julgamento da história não tinha fundamento, como muito cedo isso foi demonstrado, porque seus próprios críticos se apressaram em lhe

fazer justiça, como é o caso de Joaquim Nabuco, que assim se pronunciou: “travei com José de Alencar uma polêmica em que receio ter tratado com a presunção e a injustiça da mocidade o grande escritor”.

Para superar todas as críticas é importante que se faça a transcrição da síntese com a qual Afrânio Peixoto fez uma das melhores análises da obra de José de Alencar, **verbis**: “deu a volta a toda a literatura de ficção, possível no Brasil. Dos índios sem intrusão estrangeira, ai estão Ubirajara e Filho de Tupã. Dos índios e seu contacto com o forasteiro reinu reinol, ficaram O Guarani e Iracema. O Sertanejo conta o agreste do Norte, como O Gaúcho, Os Pampas do Sul. No Til e no Tronco do Ipê está a vida agrícola do Brasil mediano, nas fazendas da mata do café. A sociedade colonial se revê nas Minas de Prata e na Guerra dos Mascates. A vida contemporânea das capitais, fútil e diversa, está na Pata da Gazela e nos Sonhos D'Ouro. A escravidão se retrata em Mãe e no Demônio Familiar. O romance de análise, quase psicológico, já se encontra em Senhora, Diva, Lucíola, Perfis de Mulher. E nessa distribuição não estão todos porque faltam A Viuvinha, Cinco Minutos, o Ermitão da Glória, Alma de Lázaro, Garatuja, Encarnação e ainda Inéditos, e ainda Esboços, que tudo diz apenas da qualidade e da quantidade dessa obra...”

Por fim, para dizer da sua consagração, basta que se assinale, que Machado de Assis o escolheu para patrono da sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, e o considerou como o “escrito que teve em mais alto grau a alma brasileira”.

A emoção com que relembro Alencar e a sua magnífica obra literária, leva-me a concluir este sucinto estudo sobre a sua vida, lendo os melhores trechos de um dos seus imortais poemas: “Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandáia nas frondes da carnaúba”. “Verdes mares que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros”. “Serenai, verdes mares e alisai docemente a vaga impetuosa para que o barco aventureiro manso resvale a flor das águas”.

A cadeira que hoje assumo, nesta Academia, — com um sentimento misto de alegria e humildade, — é patroneada por José de Alencar, e foi ocupada pelo mestre Raimundo Girão, com grande brilhantismo, desde 15 de agosto de 1951, sendo ele um admirador do insigne romancista, como atestam os estudos e as publicações de sua autoria sobre a obra e a personalidade do aludido escritor, para não dizer do empenho com que se dedicou, a fim de lograr sua

transferência, da cadeira nº 4, que então ocupava, para a cadeira nº 21 que só ficou vaga com a sua morte lamentável, ocorrida no dia 24 de julho de 1988.

Raimundo Girão nasceu na Fazenda Palestina, no município de Morada Nova, no dia 3 de outubro de 1900, filho de Luís Carneiro de Sousa Girão e Celina Cavalcante Girão, mudando-se, com os seus pais, para a cidade de Maranguape, no ano de 1905, tendo ali, estudado na Escola Pública que teve a direção da professora Ana de Oliveira Cabral, e no Colégio São José, do professor Henrique Chaves.

Em 1913, passou a residir nesta cidade de Fortaleza, onde frequentou o Colégio Colombo, — dirigido pelo Dr. Miguel Leiria de Andrade, — e o Liceu do Ceará, matriculado com o número 132, como recorda o seu ilustre colega Livin Pinheiro.

Foi aluno pioneiro da Escola de Agronomia, em 1918.

De 1920 a 1924 cursou a Faculdade de Direito do Ceará, tendo colado grau de Bacharel em Direito no dia 8 de dezembro daquele ano, e, no mesmo estabelecimento, em 5 de dezembro de 1936, colou grau de Doutor em Direito, após defender a tese intitulada O Fenômeno Freudiano e a Criminologia, sendo aluno laureado por haver obtido aprovação em 1º lugar.

Em 1937 foi nomeado Consultor Jurídico da Associação Comercial do Ceará e em 1938 exerceu o cargo de Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza.

Ingressou no Instituto do Ceará em 1941 e dez anos depois tomava posse como membro desta augusta Academia.

Tornou-se, em 1946, Livre Docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, na cadeira de “Estudos Comparados das Doutrinas Econômicas”, e, nos anos de 1949 e 1952, integrou Comissões Examinadoras às Cátedras de Direito Judiciário Civil e de Direito Comercial, da Faculdade de Direito do Ceará. A mesma honraria lhe foi outorgada pela Faculdade de Ciências Econômicas, no ano de 1962, quando participou ali, da Comissão Julgadora do Concurso de Livre Docência da Cadeira de Princípios de Sociologia Aplicada à Economia.

Foi advogado dos melhores, professor e vice-diretor da Escola de Administração do Ceará, Ministro do Tribunal de Contas do Ceará, Secretário de Educação e de Cultura do Ceará, Prefeito Municipal de Fortaleza, Secretário Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Fortaleza, órgão criado por sua sugestão, Membro e Presidente do Conselho Penitenciário do Ceará, Membro do Conselho Regional do Trânsito do Ceará, tendo dirigido por duas vezes o Museu Histórico e Antro-

pológico do Ceará, além de ter participado de importantes comissões preparatórias de estudos e projetos que deram origem às principais normas jurídico-legais, que instrumentam as atividades do estado do Ceará e do município de Fortaleza.

Não desejo, aqui, fazer uma apreciação dos múltiplos aspectos da personalidade de Raimundo Girão, definido como “um homem poliédrico”, por Mozart Soriano Aderaldo, ou como perquiridor modernizante da pesquisa histórica, na apreciação de Eduardo Campos, dois insignes expoentes desta Academia.

O meu propósito se contém numa pequena análise da obra de Raimundo Girão, abordando, com alguns detalhes, a sua atuação como historiador, — que o aspecto mais expressivo da sua importante produção intelectual, — e como genealogista, a cujo estudo se dedicou com o mesmo desprendimento e com a mesma competência com que o fez Soares Bulcão, “um dos mais dedicados pesquisadores das origens das famílias cearenses”, conforme arguta observação do historiador Geraldo Nobre.

Publicou Girão sobre história: A Abolição do Ceará (1956), A Academia de 1894 (1975), O Bandeirismo Baiano e o Povoamento do Ceará (1949), A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1986), Evolução Histórica Cearense (1986), História da Faculdade de Direito do Ceará (1960), História Econômica do Ceará (Monografia nº 2, da Coleção História do Ceará), História Econômica Geral e do Brasil (1965), Pequena História do Ceará (1953), Municípios Cearenses e seus Distritos (1983), O Centenário de Morada Nova (1976), Três Gerações (1950), Páginas Exumadas (1982) e, em parceria com o Magnífico Eterno Reitor da U.F.C., Antônio Martins Filho, publicou O Ceará, tendo ainda publicado valiosos estudos sobre sesmarias cearenses, em que fez resgatar, para a posteridade, importantes aspectos do Ceará colonial, que jaziam no esquecimento.

Sobre genealogia e personalidades ilustres publicou: O Comendador Antônio Machado e a sua Descendência (1943), Esboço de Uma Genealogia (1937), Famílias de Fortaleza (Apontamentos Genealógicos), em 1975, Montes, Machados, Girões (1967), Coronel Tibúrcio Cavalcante (1941), Eduardo Henrique Girão (1882-1982), João Thomé — Uma Dignidade Humana (1970), Matias Beck — Fundador de Fortaleza (1961) e o Senador Pompeu (1877-1977).

Sobre Fortaleza, cidade a que tanto amou, tendo dirigido seus destinos, como Prefeito Municipal, publicou: Cidade de Fortaleza (Filmmagem Histórica), em 1945, A Cidade do Pajeú (1982), Educandários

de Fortaleza (1956), Fortaleza e a Crônica Histórica (1983), Fortaleza Liberta, a Função Comercial de Fortaleza (1968), Geografia Estética de Fortaleza (1959), A Princesa Vestida de Baile (1950) e Retrato de Fortaleza (1954), em cujos trabalhos deixou, também, importantes estudos e observações de natureza histórica.

Sobre a produção literária de Alencar fez oportunas apreciações, tendo publicado, entre outros, os seguintes estudos: Bichos Cearenses na Obra de Alencar (1977) e Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema (1979).

De sua autoria temos ainda, Vocabulário Popular Cearense, obra laureada com o prêmio Gustavo Barroso, conferido pela Universidade Federal do Ceará.

Em parceria com Maria da Conceição Sousa, do Instituto do Ceará, produziu e publicou, em 1987, o Dicionário da Literatura Cearense, obra séria e valiosa para estudo, pesquisa e consultas.

Organizou para a Academia Cearense de Letras as importantes obras: Antologia Cearense (1957), Falas Acadêmicas (1976) e Alencar Cem Anos Depois (1977).

Em razão da sua condição de Ministro do Tribunal de Contas do Ceará e de renomado professor de Economia e Administração, publicou: Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro (1937) e Fiscalização dos Gastos Públicos (1937).

Por ser pessoa extremamente modesta, pouco escreveu sobre sua vida e sua obra, mas no livro em que o fez, — Palestina, Uma Agulha e as Saudades, — deixou um acervo de informações preciosas e profundas sobre a vida e o destino do homem, podendo esse livro ser considerado como um hino de amor à vida, um legado de exemplos e atitudes para os pósteres, e uma página de recordações para os que, — como nós, — viveram a sua época.

A exemplo de Almeida Nogueira, que publicou Tradições e Reminiscências da Academia de Direito de São Paulo, e de Clóvis Bevilacqua, autor da História da Faculdade de Direito de Recife, o nosso Raimundo Girão produziu a História da Faculdade de Direito do Ceará, considerada pelo culto e saudoso mestre Andrade Furtado como “um dos capítulos de maior importância para o estudo da nossa formação intelectual”, tendo sido lançada à publicidade sob os auspícios do Magnífico Reitor Antônio Martins Filho, como informa o mesmo Andrade Furtado no prefácio com que fez a apresentação da aludida obra, no ano de 1960.

Apesar da sua propecta idade, Raimundo Girão era um jovem, cheio de ideal e com extraordinária aptidão e capacidade para o trabalho, não se qudando diante da sua idade cronológica, tanto que a morte o ceifou quando trabalhava intensamente para legar à posteridade uma História Genealógica do Ceará e um estudo sobre Os Assentamentos de Propriedades da Região do Jaguaribe.

Este, portanto, senhores acadêmicos e meus senhores e minhas senhoras, o sucinto retrato do perfil da obra de Raimundo Girão, cujo desaparecimento deve ser considerado como a maior perda da cultura cearense, não só no ano de 1988, mas na última década.

Meus Senhores e Minhas Senhoras:
Senhores Acadêmicos:

Chego à Academia numa idade em que outros a alcançaram, com maior modernidade, mas, asseguro, nela ingresso com o mesmo ideal da juventude e com muita vontade de trabalhar, aprender e produzir, a fim de procurar corresponder à confiança com que fui distinguido.

Não tive forças nem engenho para antes alcançá-la, porque, — como disse, certa vez, Humberto de Campos, — “vim de muito longe”, tendo de percorrer difícil caminhada, fazendo a divisão do tempo entre o desejado e o possível, conciliando as atividades do espírito, com as necessidades existenciais da condição humana.

Não tragao uma copiosa carga literária, mas o cadinho com que nela ingresso representa o máximo que me foi possível produzir, sem esgotar o potencial, que permanece latente, no aguardo de oportunidade para oferecer novos trabalhos, tanto do gênero já explorado, como em outros em que almejo ser estreante.

Três livros: Portugal e Outras Pátrias, China: Homem e Paisagem e Portugal dos Meus Amores e numerosa publicação ligeira em revistas e jornais, compõem a minha obra literária, que representa tudo o que realmente sou: um viajor de muitas viagens e um observador das belezas da natureza e das atitudes e posições do homem nas suas colocações no espaço e no tempo.

Experimento, neste instante, indizível emoção pela conquista obtida e para dividir as glórias do evento, convido a que venha participar do meu justo contentamento, minha querida mulher, Cybele, companheira de todos os dias e de todas as viagens, observadora de atenta visão e acuidade, e minha fiel e eficiente colaboradora de todos os momentos.